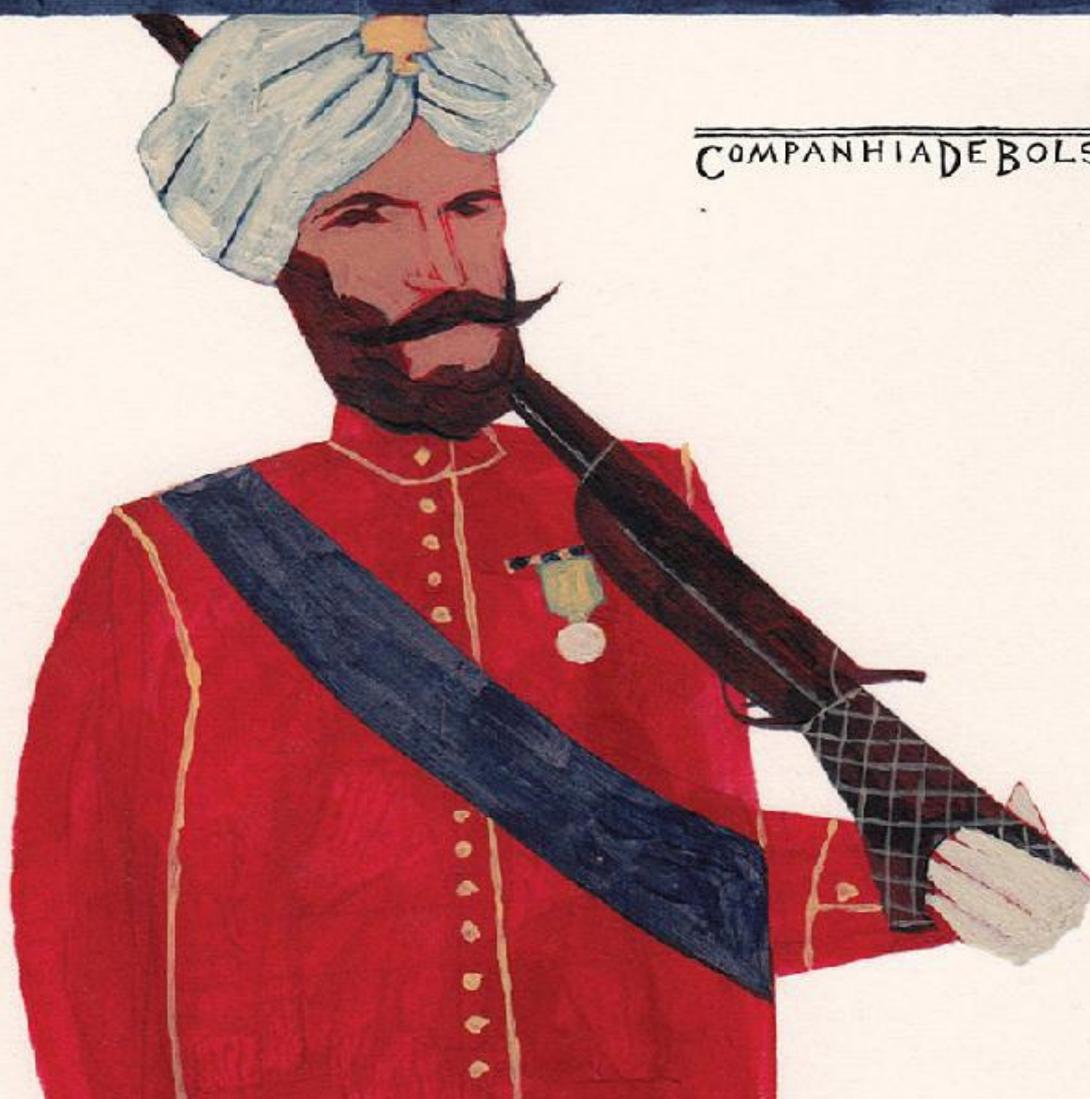


EDWARD W. SAID

Cultura e imperialismo



COMPANHIA DE BOLSO

SOBRE ESSE LANÇAMENTO



Esse ebook é a versão oficial, vendida nas livrarias virtuais brasileiras. Nada nele foi modificado, exceto a adição desse arquivo e a quebra do DRM, tornando-o acessível a todos.

As editoras e livrarias brasileiras continuam fazendo pouco caso dos leitores brasileiros, cobrando preços altíssimos pelos ebooks lançados, que muitas vezes superam inclusive o preço da versão impressa.

Elas também atrasam propositalmente o lançamento de ebooks no Brasil, em até um ano em relação ao livro impresso, com o intuito de nos forçarem a adquirir a versão impressa, tentando dessa forma dificultar e atrasar o avanço da era da leitura digital no Brasil.

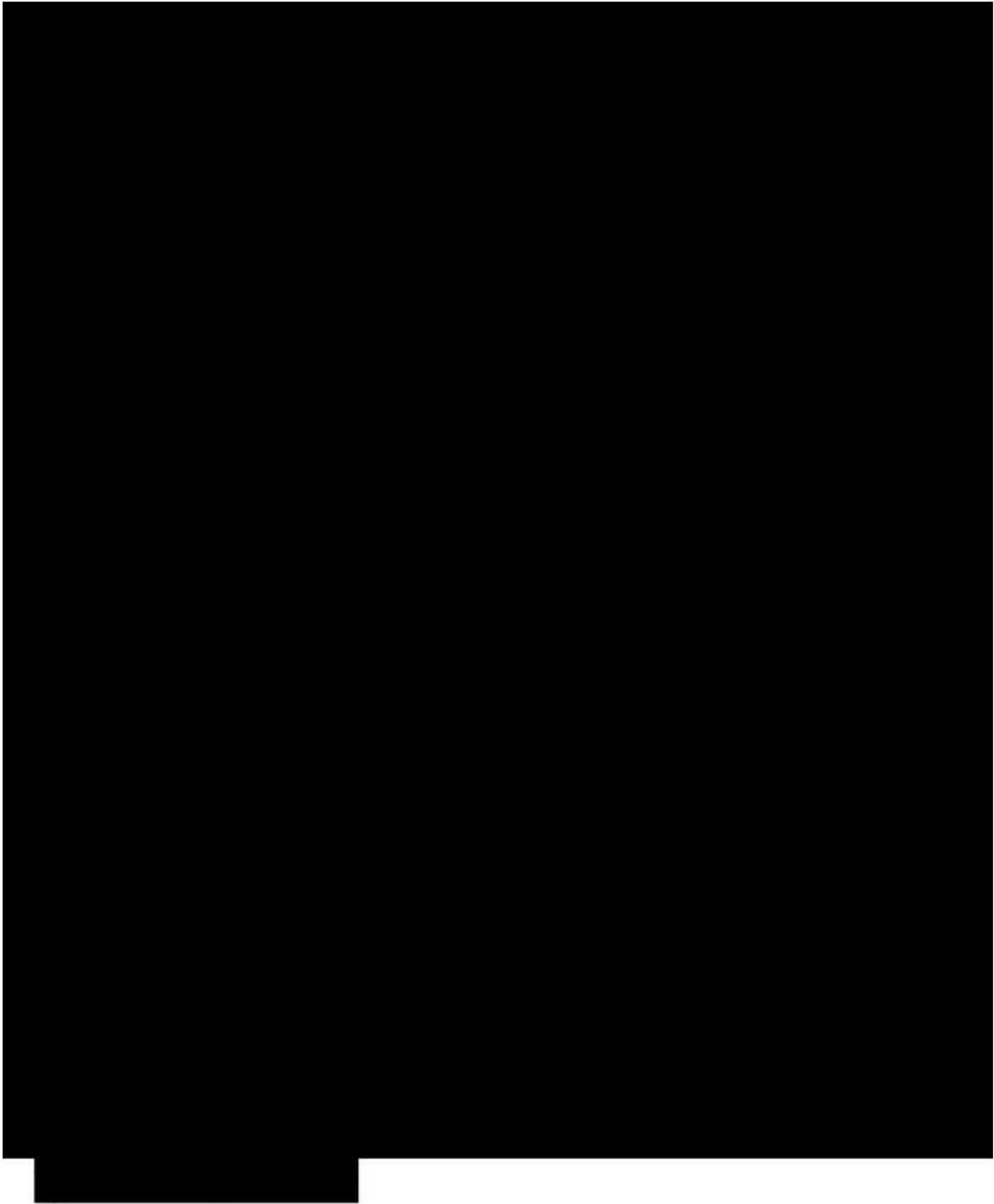
Outro ponto que questionamos é a falta de interesse em lançar versões digitais de obras mais antigas, nos deixando presos apenas a novos lançamentos, livros de domínio público ou então obras de pouca expressão, logo, muito mais baratas de serem licenciadas.

Por fim, porém não menos importante, questionamos a péssima qualidade dos ebooks lançados no Brasil. Muitos deles, apesar do preço altíssimo, tem péssima formatação, erros de parágrafo e grafia, onde se percebe claramente um trabalho feito às pressas, com pouco ou nenhum cuidado com a pós-produção.

Enquanto as editoras e livrarias brasileiras não passarem a tratar o consumidor brasileiro com respeito e seriedade, nós os Anonymous estaremos aqui, trazendo livros novos e antigos, com qualidade e de graça, fazendo o trabalho que caberiam às editoras.



*Nós somos Anonymous.
Nós somos Legião.
Nós não perdoamos.
Nós não esquecemos.
Nos aguardem.*



Para Eqbal Ahmad

A conquista da terra, que significa basicamente tomá-la dos que possuem uma compleição diferente ou um nariz um pouco mais achatado do que o nosso, não é uma coisa bonita, se você olhar bem de perto. O que a redime é apenas a ideia. Uma ideia por detrás dela; não uma ficção sentimental, mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia — algo que você pode erigir, e curvar-se diante dela, e lhe oferecer um sacrifício...

Joseph Conrad, Coração das trevas

SUMÁRIO

Introdução

1. TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS, HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Império, geografia e cultura

Imagens do passado, puras e impuras

Duas visões em *Coração das trevas*

Experiências divergentes

Vinculando o império à interpretação secular

2. VISÃO CONSOLIDADA

Narrativa e espaço social

Jane Austen e o império

A integridade cultural do império

O império em ação: *Aida* de Verdi

Os prazeres do imperialismo

O nativo sob controle

Camus e a experiência colonial francesa

Uma nota sobre o modernismo

3. RESISTÊNCIA E OPOSIÇÃO

Existem dois lados

Temas da cultura de resistência

Yeats e a descolonização

A viagem para dentro e o surgimento da oposição

Colaboração, independência e libertação

4. LIVRE DA DOMINAÇÃO NO FUTURO

Ascendência americana: o espaço público em guerra

Desafiando a ortodoxia e a autoridade

Movimentos e migrações

Notas

[Sobre o autor](#)

INTRODUÇÃO

Cerca de cinco anos após a publicação de *Orientalism* [Orientalismo], em 1978, comecei a reunir algumas ideias sobre a relação geral entre cultura e império, as quais haviam ficado claras para mim quando escrevia aquele livro. O primeiro resultado foi uma série de conferências que ministrei em universidades dos Estados Unidos, do Canadá e da Inglaterra em 1985 e 1986. Essas conferências formam o núcleo de minha argumentação na presente obra, com a qual venho me ocupando desde então. Muitos estudos de antropologia, história e disciplinas de áreas específicas têm elaborado ideias que apresentei em *Orientalismo*, restrito ao âmbito do Oriente Médio. Assim, também tento aqui ampliar a argumentação do livro anterior, de modo a descrever um modelo mais geral de relações entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos.

Em que consistem alguns dos materiais aqui utilizados e que não pertencem à área do Oriente Médio? São textos europeus sobre a África, a Índia, partes do Extremo Oriente, Austrália e Caribe; considero esses discursos africanistas e indianistas, como foram chamados, parte integrante da tentativa europeia geral de dominar povos e terras distantes, e portanto relacionados com as descrições orientalistas do mundo islâmico, bem como com as maneiras específicas pelas quais a Europa representa o Caribe, a Irlanda e o Extremo Oriente. O que há de marcante nesses discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre “o espírito africano” (ou indiano, irlandês, jamaicano, chinês), as ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou um longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados.

Porém, em quase todos os lugares do mundo não europeu a chegada do homem branco gerou algum tipo de resistência. O que deixei de fora em *Orientalismo* foi a reação ao domínio ocidental que culminou no grande movimento de descolonização em todo o Terceiro Mundo. Além da resistência armada em locais tão diversos quanto a Irlanda, a Indonésia e a Argélia no século XIX, houve também um empenho considerável na resistência cultural em quase todas as partes, com a afirmação de identidades nacionalistas e, no âmbito político, com a criação de associações e partidos

com o objetivo comum da autodeterminação e da independência nacional. O contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; *sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando.

Esses dois fatores — um modelo geral de cultura imperial em âmbito planetário e uma experiência histórica de resistência contra o império — fazem com que este livro não seja apenas uma mera continuação de *Orientalismo*, mas uma tentativa de algo diverso. Em ambos os livros dou ênfase ao que chamo, de modo bastante geral, “cultura”. Quando emprego o termo, ele significa duas coisas em particular. Primeiro, “cultura” designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária. Como meu enfoque exclusivo, aqui, concentra-se nos impérios ocidentais modernos dos séculos XIX e XX, trato sobretudo de formas culturais, como o romance, que julgo terem sido de enorme importância na formação das atitudes, referências e experiências imperiais. Não digo que apenas o romance tenha sido importante, mas o considero como o objeto estético cujas ligações com as sociedades em expansão da Inglaterra e da França são particularmente interessantes como tema de estudo. O protótipo do romance realista moderno é *Robinson Crusoe*, e certamente não é por acaso que ele trata de um europeu que cria um feudo para si mesmo numa distante ilha não europeia.

A crítica recente tem se concentrado bastante na narrativa de ficção, mas pouquíssima atenção se presta a seu lugar na história e no mundo do império. Os leitores deste livro logo perceberão que a narrativa é crucial para minha argumentação, sendo minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles. O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro — essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa. Como sugeriu um crítico, as próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento

mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial; nesse processo, muitos europeus e americanos também foram instigados por essas histórias e seus respectivos protagonistas, e também eles lutaram por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana.

Em segundo lugar, e quase imperceptivelmente, a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento, como disse Matthew Arnold na década de 1860. Arnold achava que a cultura mitiga, se é que não neutraliza por completo, a devastação de uma vida urbana moderna, agressiva, mercantil, embrutecedora. A pessoa lê Dante ou Shakespeare para acompanhar o melhor do pensamento e do saber, e também para ver a si mesma, a seu povo, sua sociedade, suas tradições sob as melhores luzes. Com o tempo, a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso “nos” diferencia “deles”, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, e aliás bastante combativa, como vemos em recentes “retornos” à cultura e à tradição. Esses “retornos” acompanham códigos rigorosos de conduta intelectual e moral, que se opõem à permissividade associada a filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo. No antigo mundo colonial, esses “retornos” geraram vários fundamentalismos religiosos e nacionalistas.

Neste segundo sentido, a cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si, deixando claro, por exemplo, que, dos estudantes americanos, franceses ou indianos ensinados a ler *seus* clássicos nacionais antes de lerem os outros, espera-se que amem e pertençam de maneira leal, e muitas vezes acrítica, às suas nações e tradições, enquanto denigrem e combatem as demais.

Ora, o problema com essa ideia de cultura é que ela faz com que a pessoa não só venere sua cultura, mas também a veja como que divorciada, pois transcendente, do mundo cotidiano. Muitos humanistas de profissão são, em virtude disso, incapazes de estabelecer a conexão entre, de um lado, a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, de outro, a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas. Uma das difíceis verdades que descobri trabalhando neste livro é que pouquíssimos, dentre os artistas ingleses ou franceses que admiro, questionaram a noção de raça “submissa” ou “inferior”, tão dominante entre funcionários que colocavam essas ideias em prática, como coisa evidente, ao governarem a Índia ou a Argélia. Eram noções amplamente aceitas, e ajudaram a propelar a aquisição imperial de territórios na África ao longo de todo o século XIX. Pensando em Carlyle ou

Ruskin, ou mesmo em Dickens e Thackeray, a meu ver os críticos com frequência têm relegado as ideias desses escritores sobre a expansão colonial, as raças inferiores ou os “negros” a um departamento muito diferente do da cultura, sendo esta a área elevada de atividades a que eles “realmente” pertencem e em que elaboraram suas obras “realmente” importantes.

A cultura concebida dessa maneira pode se tornar uma cerca de proteção: deixe a política na porta antes de entrar. Como alguém que passou toda a sua vida profissional ensinando literatura, mas que também se criou no mundo colonial anterior à Segunda Guerra Mundial, pareceu-me um desafio *não* ver a cultura desta maneira — ou seja, antissepticamente isolada de suas filiações mundanas —, e sim como um campo de realização extraordinariamente diversificado. Tomo os romances e outros livros aqui considerados como objetos de análise porque, em primeiro lugar, eu os considero obras de arte e de conhecimento respeitáveis e admiráveis, que proporcionam prazer e são proveitosos para mim e para muitos outros leitores. Em segundo lugar, o desafio é relacioná-los não só com esse prazer e esse proveito, mas também com o processo imperial de que fazem parte de maneira explícita e inequívoca; mais do que condenar ou ignorar sua participação no que era uma realidade incontestável em suas sociedades, sugiro que o que aprendemos sobre esse aspecto, até agora ignorado, na verdade *aprofunda* nossa leitura e nossa compreensão dessas obras.

Vou expor brevemente o que penso, recorrendo a dois grandes romances muito conhecidos. *Great expectations* [Grandes esperanças] (1861) de Dickens é basicamente um romance sobre a autoilusão, sobre as vãs tentativas de Pip se tornar um cavalheiro sem o árduo esforço ou a aristocrática fonte de renda necessários para tal papel. Logo cedo na vida, ele ajuda um condenado, Abel Magwitch, que, após ser deportado para a Austrália, retribui seu jovem benfeitor com grandes somas de dinheiro; como o advogado envolvido no caso não diz nada ao entregar o dinheiro, Pip acha que foi obra de uma velha dama, miss Havisham. Magwitch depois volta clandestinamente a Londres, sendo mal recebido por Pip, pois tudo nele rescende a delinquência e aborrecimento. No final, porém, Pip se reconcilia com Magwitch e sua realidade; acaba reconhecendo Magwitch — perseguido, preso e mortalmente doente — como uma espécie de pai, sem o negar nem o rejeitar, embora Magwitch seja de fato inaceitável, vindo da Austrália, colônia penal destinada à reabilitação, mas não ao repatriamento de criminosos ingleses degredados.

A maioria das leituras, se não todas, dessa obra admirável situa-a totalmente dentro da história metropolitana da ficção inglesa, mas, a meu ver, ela faz parte de uma história mais abrangente e mais dinâmica do que a oferecida por tais interpretações. Coube a dois livros mais recentes do que o de Dickens — o magistral *The fatal shore* [A praia fatal], de Robert Hughes, e *The road to Botany Bay* [A estrada para Botany Bay], obra de brilhante

reflexão de Paul Carter — revelar uma vasta história de especulações sobre a Austrália e suas experiências, uma colônia “branca” como a Irlanda, onde podemos ver Magwitch e Dickens não como meras referências coincidentes nessa história, e sim como participantes dela, por intermédio do romance e de uma experiência muito mais antiga e ampla entre a Inglaterra e seus territórios ultramarinos.

A Austrália foi fundada como colônia penal no final do século XVIII, principalmente para que a Inglaterra pudesse deportar um excedente populacional indesejado e irredimível de criminosos para um lugar, originalmente mapeado pelo capitão Cook, que também funcionasse como colônia substituindo aquelas que haviam sido perdidas na América. A busca de lucro, a construção do império e aquilo que Hughes chama de *apartheid* social geraram a Austrália moderna, a qual, na época em que despertou pela primeira vez o interesse de Dickens, na década de 1840 (em *David Copperfield*, Wilkins Micawber migra feliz para lá), já havia se tornado uma sociedade de certa rentabilidade e uma espécie de “sistema livre”, em que os trabalhadores poderiam prosperar se entregues a si. No entanto, em Magwitch:

Dickens reuniu várias facetas do modo como os ingleses percebiam os condenados na Austrália ao final do degredo. Podiam dar certo na vida, mas dificilmente voltariam, na acepção real. Podiam expiar seus crimes em sentido técnico e legal, mas o que sofriam por lá marcava-os como forasteiros permanentes. E no entanto eles eram capazes de redenção — enquanto permanecessem na Austrália.¹

A exploração feita por Carter daquilo que chamou de história espacial da Austrália oferece-nos outra versão dessa mesma experiência. Aqui exploradores, degredados, etnógrafos, aventureiros em busca de lucro, soldados mapeiam o vasto continente relativamente vazio, cada qual num discurso que afasta, desloca ou incorpora os outros. Assim, Botany Bay é antes de mais nada um discurso iluminista de viagem e descoberta, e depois um conjunto de viajantes que escrevem suas narrativas (inclusive Cook), cujas palavras, mapas e intenções reúnem os territórios estranhos e os convertem gradualmente num “lar”. Carter mostra que a proximidade entre a organização benthamiana do espaço (que resultou na cidade de Melbourne) e a aparente desordem da mata australiana resultou numa transformação otimista do espaço social, que gerou um Paraíso para os cavalheiros, um Éden para os trabalhadores na década de 1840.² O que Dickens concebe para Pip, como o “cavalheiro londrino” de Magwitch, equivale *grosso modo* ao que a benevolência inglesa concebia para a Austrália, um espaço social autorizando outro.

Mas *Great expectations* foi escrito sem qualquer preocupação pelos relatos

australianos nativos, ao contrário de Hughes ou Carter, nem supunha ou prenunciava uma tradição literária australiana, que de fato veio a incluir posteriormente as obras de David Malouf, Peter Carey e Patrick White. A proibição do retorno de Magwitch é não só penal, mas também imperial: os súditos podem ser levados a lugares como a Austrália, mas não se permite que “voltem” ao espaço metropolitano, que, como atesta toda a ficção dickensiana, é meticulosamente mapeado, representado, habitado por uma hierarquia de personagens metropolitanas. Assim, por um lado, intérpretes como Hughes e Carter se estendem sobre a presença relativamente atenuada da Austrália na literatura britânica oitocentista, exprimindo a plenitude e a identidade conquistada de uma história australiana que se tornou independente da história britânica no século XX; mas, por outro, uma leitura acurada de *Great expectations* há de notar que, depois de expiada a delinquência de Magwitch, depois que Pip reconhece redentoramente sua dívida para com o velho criminoso, amargamente revitalizado e vingativo, o próprio rapaz entra em colapso e revive de duas maneiras explicitamente positivas. Aparece um novo Pip, menos oprimido do que o velho Pip pelo fardo do passado — surge de relance sob a forma de um menino, também chamado Pip; e o velho Pip inicia uma nova carreira com seu amigo de infância Herbert Pocket, desta vez não como cavalheiro ocioso, mas como um ativo negociante no Oriente, onde as outras colônias inglesas oferecem uma espécie de normalidade que a Austrália nunca poderia oferecer.

Assim, mesmo quando Dickens resolve a dificuldade com a Austrália, surge uma outra estrutura de atitudes e referência para sugerir o intercâmbio imperial da Inglaterra por meio do comércio e das viagens no Oriente. Em sua nova carreira como homem de negócios nas colônias, Pip não é propriamente uma figura excepcional, visto que quase todos os negociantes, os parentes instáveis e os forasteiros atemorizantes de Dickens mantêm uma ligação bastante normal e segura com o império. Mas apenas em anos recentes tais conexões assumiram importância interpretativa. Uma nova geração de críticos e estudiosos — filhos da descolonização em alguns casos, beneficiários (como minorias sexuais, religiosas e raciais) de avanços nos direitos humanos em seus países — tem visto nesses grandes textos da literatura ocidental um sólido interesse pelo que era considerado um mundo inferior, povoado com gente inferior, de cor, apresentado como se estivesse aberto à intervenção de outros tantos Robinson Crusóe.

No final do século XIX, o império já não é apenas uma presença nebulosa, nem se encarna na figura indesejada do criminoso fugitivo, mas passa a ser uma área central de interesse nas obras de autores como Conrad, Kipling, Gide e Loti. *Nostromo* (1904), de Conrad — meu segundo exemplo —, é situado numa república da América Central, independente (ao contrário dos cenários coloniais africanos e orientais de suas obras anteriores) e, ao mesmo tempo, dominada por interesses externos, devido à sua imensa jazida de

prata. Para um americano contemporâneo, o aspecto mais atraente da obra é a presciência de Conrad: ele antevê a incontrolável insatisfação e os “desmandos” das repúblicas latino-americanas (governá-las, diz ele citando Bolívar, é como arar o oceano), e assinala a maneira própria da América do Norte de influenciar as circunstâncias de forma decisiva, ainda que quase imperceptível. Holroyd, o financista de San Francisco que dá respaldo a Charles Gould, proprietário inglês da mina de São Tomé, alerta seu protegido: “Não seremos arrastados para nenhum grande problema” como investidores. Mesmo assim:

Podemos sentar e olhar. Claro, algum dia interviremos. Estamos fadados a isso. Mas não há pressa. O próprio tempo teve de esperar no maior país de todo o universo de Deus. Estaremos ditando as regras para tudo — indústria, comércio, leis, jornalismo, arte, política e religião, do cabo Horn até Surith’s Sound, e também mais adiante, se algo que valer a pena surgir no polo Norte. E então teremos tempo de tomar as ilhas e continentes distantes da terra. Conduziremos os negócios do mundo, quer ele goste ou não. O mundo não pode evitá-lo — e nem nós, imagino eu.³

Boa parte da retórica da “Nova Ordem Mundial” promulgada pelo governo americano desde o final da Guerra Fria — com seus autoelogios desbragados, seu franco triunfalismo, suas solenes declarações de responsabilidade — podia ter sido rascunhada pelo Holroyd de Conrad: somos os melhores, estamos destinados a liderar, representamos a liberdade e a ordem, e assim por diante. Nenhum americano ficou imune a essa estrutura de sentimentos, e no entanto raramente se reflete na advertência implícita contida nas descrições conradianas de Holroyd e Gould, visto que a retórica do poder gera com muita facilidade, quando exercida num cenário imperial, uma ilusão de benevolência. Todavia, é uma retórica cuja característica mais danosa consiste em ter sido usada antes, não apenas antigamente (pela Espanha e por Portugal), mas, com uma frequência ensurdecidamente repetitiva no período moderno, por ingleses, franceses, belgas, japoneses, russos e, agora, americanos.

No entanto, seria incompleto ler a grande obra de Conrad simplesmente como uma previsão bem antecipada do que vemos ocorrer na América Latina do século XX, com sua série de United Fruit Companies, coronéis, forças de libertação e mercenários financiados pelos Estados Unidos. Conrad é o precursor das concepções ocidentais do Terceiro Mundo que encontramos na obra de romancistas tão diferentes quanto Graham Greene, V. S. Naipaul e Robert Stone, de teóricos do imperialismo como Hannah Arendt e de autores de relatos de viagem, cineastas e polemistas cuja especialidade consiste em apresentar o mundo não europeu aos públicos europeu e norte-americano,

seja para análise e julgamento, seja para satisfazer seu gosto pelo exótico. Pois, se é verdade que Conrad enxerga ironicamente o imperialismo dos proprietários ingleses e americanos da mina de prata de São Tomé, condenado por suas ambições pretensiosas e impossíveis, também é verdade que ele escreve como homem cuja visão *ocidental* do mundo não ocidental está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações. Tudo o que Conrad consegue ver é um mundo totalmente dominado pelo Ocidente atlântico, onde toda oposição ao Ocidente apenas confirma o poder iníquo do Ocidente. O que Conrad não consegue ver é uma alternativa a essa cruel tautologia. Ele não podia entender que Índia, África e América do Sul também possuíam vidas e culturas com identidades não totalmente controladas pelos reformadores e imperialistas gringos deste mundo, nem se permitir acreditar que nem todos os movimentos anti-imperialistas de independência eram corruptos e marionetes a soldo dos senhores de Londres ou Washington.

Essas cruciais limitações de visão são parte integrante de *Nostromo*, tanto quanto seus personagens e enredo. O romance de Conrad encarna a mesma arrogância paternalista do imperialismo que é objeto de seu escárnio em personagens como Gould e Holroyd. Conrad parece dizer: “Nós, ocidentais, decidiremos quem é um bom ou um mau nativo, porque todos os nativos possuem existência suficiente em virtude de nosso reconhecimento. Nós os criamos, nós os ensinamos a falar e a pensar, e quando se revoltam eles simplesmente confirmam nossas ideias a respeito deles, como crianças tolas, enganadas por alguns de seus senhores ocidentais”. É isso, com efeito, o que os americanos sentem em relação a seus vizinhos do sul: que a independência é desejável para eles, desde que seja o tipo de independência que nós aprovamos. Qualquer outra coisa é inaceitável e, pior, impensável.

Portanto, não é paradoxal que Conrad fosse imperialista e anti-imperialista: progressista quando se tratava de apresentar com destemor e pessimismo a corrupção autoconfirmadora e autoenganosa do domínio ultramarino; profundamente reacionário quando se tratava de conceder que a África ou a América do Sul pudesse algum dia ter uma história ou uma cultura independentes, que os imperialistas abalaram violentamente, mas pela qual foram, afinal, derrotados. Mas para que não pensemos em Conrad de forma condescendente, como criatura de seu próprio tempo, seria melhor observar que atitudes recentes em Washington e entre muitos políticos e intelectuais ocidentais não demonstram grande avanço em relação às ideias conradianas. O que Conrad via como futilidade latente na filantropia imperialista — cujas intenções incluíam ideias como “tornar o mundo seguro para a democracia” — o governo americano ainda é incapaz de perceber, quando tenta implementar seus desejos em todo o planeta, sobretudo no Oriente Médio. Conrad pelo menos teve a coragem de ver que nenhum projeto desses jamais deu certo — porque envolvem os planejadores em mais ilusões de

onipotência e enganosa satisfação consigo próprios (como no Vietnã), e porque, devido à sua própria natureza, falsificam as evidências.

Vale a pena ter tudo isso em mente se se pretender ler *Nostramo* com alguma atenção a seus grandes pontos fortes e suas limitações intrínsecas. O novo Estado independente de Sulaco, que surge no final do romance, é apenas uma versão mais reduzida, mais firmemente controlada e intolerante do Estado maior do qual ele se separou, e que agora veio a desbancar em riqueza e importância. Conrad permite que o leitor veja que o imperialismo é um sistema. A vida num campo subordinado da experiência é marcada pelas loucuras e ficções do campo dominante. Mas o inverso também é verdadeiro, quando a experiência na sociedade dominante vem a depender acriticamente dos nativos e seus territórios, tidos como elementos necessitando da *mission civilisatrice*.

Como quer que se leia *Nostramo*, o romance oferece uma visão profundamente implacável, e literalmente tornou possível a visão igualmente severa das ilusões imperialistas ocidentais em *The quiet American* [O americano tranquilo], de Graham Greene, ou *A bend in the river* [Uma curva no rio], de V. S. Naipaul, romances de linhas muito diferentes. Hoje, depois do Vietnã, Irã, Filipinas, Argélia, Cuba, Nicarágua, Iraque, poucos leitores discordariam que é justamente a inocência entusiasmada de Pyle, a personagem de Greene, ou do padre Huismans, de Naipaul, para os quais os nativos podem ser educados dentro de “nossa” civilização, que vem a criar a matança, a subversão e a interminável instabilidade das sociedades “primitivas”. Uma fúria parecida permeia filmes como *Salvador*, de Oliver Stone, *Apocalypse now*, de Francis Ford Coppola, e *Missing*, de Constantin Costa-Gavras, nos quais agentes inescrupulosos da CIA e oficiais enlouquecidos pelo poder manipulam nativos e americanos bem-intencionados.

No entanto, todas essas obras, que tanto devem à ironia anti-imperialista de Conrad em *Nostramo*, sustentam que a fonte da ação e da vida significativa do mundo se encontra no Ocidente, cujos representantes parecem estar à vontade para impor suas fantasias e filantropias num Terceiro Mundo retardado mental. Nessa visão, as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o Ocidente. E quando há algo para ser descrito, é, seguindo Conrad, indizivelmente corrupto, degenerado, irremediável. Mas enquanto Conrad escreveu *Nostramo* durante um período de entusiasmo imperialista europeu largamente incontestado, os romancistas e cineastas contemporâneos que aprenderam tão bem suas ironias fizeram suas obras *depois* da descolonização, *depois* da revisão e da desconstrução da representação ocidental do mundo não ocidental, *depois* da obra de Frantz Fanon, Amílcar Cabral, C. L. R. James, Walter Rodney, *depois* dos romances e peças de Chinua Achebe, Ngugi wa Thiongo, Wole Soyinka, Salman

Rushdie, Gabriel García Márquez, e muitos outros.

Assim, Conrad transmitiu suas tendências imperialistas residuais, embora seus herdeiros dificilmente tenham alguma desculpa que justifique o viés muitas vezes sutil e irrefletido de suas obras. Não é apenas uma questão de ocidentais que não mostram simpatia ou compreensão suficiente de culturas estrangeiras — visto que, afinal, existem alguns artistas e intelectuais que de fato passaram para o outro lado — Jean Genet, Basil Davidson, Albert Memmi, Juan Goytisolo e outros. O que talvez seja mais pertinente é a disposição política de levar a sério as alternativas ao imperialismo, entre elas a existência de outras culturas e sociedades. Quer se acredite que a obra extraordinária de Conrad confirma as habituais suspeitas ocidentais em relação à América Latina, África e Ásia, quer se vejam em romances como *Nostromo* e *Great expectations* os contornos gerais de uma visão de mundo imperial assombrosamente duradoura, capaz de deformar as perspectivas tanto do autor quanto do leitor: *essas duas* maneiras de ler as alternativas reais parecem ultrapassadas. O mundo, hoje, não existe como espetáculo sobre o qual possamos alimentar pessimismo ou otimismo, sobre o qual nossos “textos” possam ser interessantes ou maçantes. Todas essas atitudes supõem o exercício de poder e de interesses. Na medida em que vemos Conrad criticando e ao mesmo tempo reproduzindo a ideologia imperial de sua época, nessa mesma medida poderemos caracterizar nossas atitudes presentes: a projeção, ou a recusa, da vontade de dominar, a capacidade de prejudicar ou a energia para compreender e se comprometer com outras sociedades, tradições e histórias.

O mundo mudou desde Conrad e Dickens, e de uma maneira que surpreendeu, e muitas vezes alarmou, americanos e europeus metropolitanos, que agora enfrentam grandes contingentes populacionais de imigrantes não brancos em seu próprio meio, e se defrontam com um rol impressionante de vozes recém-assumidas pedindo ouvidos para suas narrativas. A tese de meu livro é que essas populações e vozes já estão aqui faz algum tempo, graças ao processo globalizado desencadeado pelo imperialismo moderno; ignorar ou minimizar a experiência sobreposta de ocidentais e orientais, a interdependência de terrenos culturais onde colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais, é perder de vista o que há de essencial no mundo dos últimos cem anos.

Pela primeira vez, a história e a cultura do imperialismo podem agora ser estudadas de maneira não monolítica, descompartmentalizada, sem separações ou distinções reducionistas. É verdade que tem havido uma irrupção desconcertante de discursos separatistas e chauvinistas, seja na Índia, no Líbano ou na Iugoslávia, em proclamações afrocêntricas, islamocêntricas ou eurocêntricas; longe de invalidar a luta de libertação contra o império, essas reduções do discurso cultural na verdade comprovam

a validade de uma energia liberacionista fundamental que anima o desejo de ser independente, de falar livremente e sem o peso da dominação injusta. A única maneira de entender essa energia, porém, é por vias históricas: daí a grande amplitude histórica e geográfica buscada neste livro. Em nosso desejo de ser ouvidos, muitas vezes tendemos a esquecer que o mundo é um lugar apinhado de gente, e que se todo mundo fosse insistir na pureza ou prioridade radical de sua própria voz, tudo o que teríamos seria um alarido medonho de uma disputa interminável e uma confusão política sangrenta, cujos horrores estão começando a aparecer aqui e ali, no ressurgimento de políticas racistas na Europa, na cacofonia de discussões sobre a política de identidade e o politicamente correto nos Estados Unidos, e — para falar de minha parte do mundo — a intolerância do preconceito religioso e promessas ilusórias de despotismo bismarckiano, à la Saddam Hussein e seus vários parceiros e epígonos árabes.

Por isso, é extremamente revigorante e inspirador não só ler o próprio lado, por assim dizer, mas também entender de que modo um grande artista como Kipling (poucos foram mais imperialistas e reacionários do que ele) apresentou a Índia com tamanha habilidade, e como, ao fazer isso, seu romance *Kim* não só derivava de uma longa história da perspectiva anglo-indiana, mas também, à sua revelia, anunciava que essa perspectiva era insustentável, na medida em que insistia na crença de que a realidade indiana demandava, e até suplicava, uma tutela britânica por tempo mais ou menos indeterminado. O grande arquivo cultural, a meu ver, encontra-se ali onde estão os investimentos intelectuais e estéticos no domínio ultramarino. Se fôssemos ingleses ou franceses na década de 1860, veríamos e sentiríamos a Índia e o norte da África com uma mescla de familiaridade e distância, mas nunca com a noção da soberania própria deles. Em nossas narrativas, histórias, relatos de viagem e explorações, nossa consciência se apresentaria como a principal autoridade, um ponto ativo de energia capaz de dar sentido não só às atividades colonizadoras, mas também aos povos e às geografias exóticas. Acima de tudo, nossa sensação de poder mal imaginaria que aqueles “nativos”, que pareciam subservientes ou taciturnamente refratários, algum dia fossem capazes de nos fazer desistir da Índia ou da Argélia. Ou de dizer qualquer coisa que pudesse talvez contrariar, questionar ou perturbar o discurso vigente.

A cultura do imperialismo não era invisível, nem ocultava seus vínculos e interesses mundanos. Há uma clareza suficiente nas grandes linhas culturais para que enxerguemos as notações amiúde escrupulosas ali feitas, e também para que vejamos que não lhes foi concedida muita atenção. O fato de agora serem de tal interesse, a ponto de levar à elaboração, por exemplo, deste e de outros livros, é consequência menos de uma espécie de espírito vingativo retrospectivo do que uma maior necessidade de elos e conexões. Uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo, e embora nesse processo

a separação entre europeus e nativos tenha sido insidiosa e fundamentalmente injusta, a maioria de nós deveria agora considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum. A tarefa, portanto, é descrevê-la enquanto relacionada com os indianos e os britânicos, os argelinos e os franceses, os ocidentais e os africanos, asiáticos, latino-americanos e australianos, apesar dos horrores, do derramamento de sangue, da amargura vingativa.

Meu método é focar ao máximo possível algumas obras individuais, lê-las inicialmente como grandes frutos da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostrá-las como parte da relação entre cultura e império. Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica, o que é, de fato, um dos temas principais deste livro. Conforme descobri ao escrever *Orientalismo*, não é possível apreender a experiência histórica por listas ou catálogos, e por mais que a gente se esforce, sempre ficarão de fora alguns livros, artigos, autores e ideias. Tentei abordar o que considero importante e essencial, admitindo já de saída que a seleção e a escolha consciente deviam determinar o que fiz. Minha esperança é que os leitores e críticos deste livro o utilizem para aprofundar as linhas de pesquisa e argumentação sobre a experiência histórica do imperialismo aqui esboçadas. Ao discutir e analisar o que de fato constitui um processo global, por vezes tive de ser genérico e sucinto; mas tenho certeza de que ninguém ia querer que esse livro fosse ainda maior!

Além disso, existem vários impérios que não discuti; o austro-húngaro, o russo, o otomano, o espanhol, o português. Essas omissões, porém, não pretendem sugerir que a dominação russa na Ásia Central e na Europa Oriental, o domínio de Istambul no mundo árabe, o de Portugal nas ex-colônias de Angola e Moçambique, a dominação espanhola no Pacífico e na América Latina tenham sido benévolos (e portanto aceitáveis) ou menos imperialistas. O que digo sobre a experiência imperial inglesa, francesa e americana é que ela possui uma coerência única e uma importância cultural especial. A Inglaterra, evidentemente, é uma classe imperial por si só, maior, mais grandiosa, mais imponente do que qualquer outra; por quase dois séculos, a França esteve em rivalidade direta com ela. Como as narrativas desempenham um papel notável na atividade imperial, não surpreende que a França e (sobretudo) a Inglaterra tenham uma tradição ininterrupta de romances, sem paralelo no mundo. Os Estados Unidos começaram como império no século XIX, mas foi na segunda metade do século XX, após a descolonização dos impérios britânico e francês, que eles seguiram diretamente seus dois grandes predecessores.

Há duas outras razões para focar esses três impérios, como faço aqui.

Uma delas é que a ideia de domínio ultramarino — saltando por cima de territórios vizinhos até terras muito distantes — possui um estatuto privilegiado nessas três culturas. Essa ideia tem muito a ver com projeções, seja na literatura, na geografia ou nas artes, e ela adquire uma presença contínua por meio da expansão, da administração, dos investimentos e dos compromissos efetivos. Portanto, existe algo de sistemático na cultura imperial que não é evidente em nenhum outro império além do britânico, do francês e, de maneira diferente, do americano. Quando utilizo a expressão “uma estrutura de atitudes e referências”, é nisso que estou pensando. A segunda razão é que foi nesses três países em cujas órbitas nasci, cresci e agora vivo. Embora me sinta em casa neles, continuo, como oriundo do mundo árabe e muçulmano, a ser alguém que pertence também ao outro lado. Isso me possibilitou, em certo sentido, viver nos dois lados e tentar intermediá-los.

Em suma, este é um livro sobre o passado e o presente, sobre “nós” e “eles”, e como todas essas coisas são vistas pelos vários partidos, em geral opostos e separados. Seu momento, por assim dizer, é o do período após a Guerra Fria, quando os Estados Unidos emergiram como a última superpotência. Viver nos Estados Unidos durante essa época implica, para um professor e intelectual com raízes no mundo árabe, uma série de preocupações muito particulares, todas influenciando neste livro, como de fato têm influenciado tudo o que escrevi desde *Orientalismo*.

Primeiramente, é uma sensação deprimente de que já vimos e ouvimos antes as atuais formulações da política americana. Todo grande centro metropolitano que aspirou ao domínio mundial disse, e infelizmente fez, muitas dessas mesmas coisas. Há sempre o apelo ao poder e ao interesse nacional quando se conduzem os assuntos de povos inferiores; há o mesmo zelo destrutivo quando as coisas ficam meio ríspidas, ou quando os nativos se revoltam e repudiam um dirigente subserviente e impopular, que fora introduzido e mantido no poder pela potência imperial; há a declaração horrivelmente previsível de que “nós” somos excepcionais, não imperiais, e que não repetiremos o erro das potências anteriores, ressalva rotineiramente seguida pela repetição do mesmo erro, como provam as guerras do Vietnã e do Golfo. Pior ainda, porém, tem sido a colaboração surpreendente, mesmo que muitas vezes passiva, de intelectuais, artistas e jornalistas cujas posições no plano interno são progressistas e cheias de sentimentos louváveis, mas que viram o oposto quando se trata do que é feito no estrangeiro em nome deles.

Minha esperança (talvez ilusória) é que uma história da aventura imperial, apresentada em termos culturais, possa servir a alguma finalidade ilustrativa e até dissuasória. No entanto, se o imperialismo avançou implacavelmente nos séculos XIX e XX, o mesmo se deu com a resistência a ele. Assim, metodologicamente, tento mostrar as duas forças em conjunto. Isso de forma alguma isenta de críticas os povos colonizados e lesados; como revela

qualquer levantamento dos estados pós-coloniais, as ditas e desditas do nacionalismo, daquilo que se pode chamar de separatismo e nativismo, nem sempre compõem uma história edificante. Isso também tem de ser dito, quando menos para mostrar que sempre existem alternativas a Idi Amin e Saddam Hussein. O imperialismo ocidental e o nacionalismo terceiro-mundista alimentam-se mutuamente, mas mesmo em seus piores aspectos não são monolíticos nem deterministas. Ademais, a cultura tampouco é monolítica, e não constitui monopólio exclusivo seja do Oriente ou do Ocidente, de pequenos grupos de homens ou mulheres.

Contudo, a história é sombria e amiúde desalentadora. O que a atenua hoje em dia, aqui e ali, é o surgimento de uma nova consciência intelectual e política. Essa é a segunda preocupação presente na elaboração deste livro. Por mais que se lamente que o velho curso de estudos humanísticos tenha sido objeto de pressões politizadas, sob a mira da chamada cultura da reclamação, de todos os tipos de reivindicações egregiamente retumbantes a favor dos valores “ocidentais”, “feministas”, “afrocêntricos” ou “islamocêntricos”, as coisas hoje não se reduzem apenas a isso. Tome-se como exemplo a extraordinária transformação nos estudos do Oriente Médio, os quais, quando escrevi *Orientalismo*, ainda eram dominados por um espírito agressivamente masculino e condescendente. Para citar apenas obras publicadas nos últimos três ou quatro anos — *Veiled sentiments* [Sentimentos velados], de Lila Abu-Lughod; *Women and gender in Islam* [Mulheres e sexo no islamismo], de Leila Ahmed; *Woman’s body, woman’s world* [Corpo de mulher, mundo de mulher], de Fedwa Malti-Douglas⁴ —, ideias muito diferentes sobre o islamismo, os árabes e o Oriente Médio vêm questionando, e solapando em um grau considerável, o velho despotismo. Tais obras são feministas, mas não exclusivistas; mostram a diversidade e complexidade da experiência que opera sob os discursos totalizantes do orientalismo e do nacionalismo do Oriente Médio (esmagadoramente masculino); são livros sofisticados tanto em termos intelectuais quanto políticos, afinados com o melhor rigor teórico e histórico, comprometidos mas não demagógicos, sensíveis mas não piegas em relação à experiência feminina; por fim, embora escritos por estudiosas com diferentes formações, são textos que dialogam e contribuem para a situação política das mulheres no Oriente Médio.

Ao lado de *The rhetoric of English India* [A retórica da Índia inglesa], de Sara Suleri, e *Critical terrains* [Terrenos críticos], de Lisa Lowe,⁵ esse tipo de estudo revisionista tem modificado, se é que não rompeu por completo, a geografia do Oriente Médio e da Índia como domínios homogêneos, entendidos de maneira reducionista. Acabaram-se as oposições binárias caras às atividades nacionalistas e imperialistas. Em vez disso, começamos a sentir que a velha autoridade não pode ser simplesmente substituída por uma nova autoridade, mas que estão surgindo novos alinhamentos independentemente

de fronteiras, tipos, nações e essências, e que são esses novos alinhamentos que agora provocam e contestam a noção fundamentalmente estática de *identidade* que constituiu o núcleo do pensamento cultural na era do imperialismo. Durante todo o contato entre os europeus e seus “outros”, iniciado sistematicamente quinhentos anos atrás, a única ideia que quase não variou foi a de que existe um “nós” e um “eles”, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente autoevidente. Como discuto em *Orientalismo*, a divisão remonta à concepção grega sobre os bárbaros, mas, independentemente de quem tenha criado esse tipo de pensamento “identitário”, no século XIX ele havia se tornado a marca registrada das culturas imperialistas, e também daquelas que tentavam resistir à penetração europeia.

Somos ainda os herdeiros desse estilo segundo o qual o indivíduo é definido pela nação, a qual, por sua vez, extrai sua autoridade de uma tradição supostamente contínua. Nos Estados Unidos, essa preocupação com a identidade cultural resultou, naturalmente, na disputa sobre os livros e autoridades que constituem a “nossa” tradição. De modo geral, tentar dizer que este ou aquele livro é (ou não é) parte de “nossa” tradição constitui um dos exercícios mais debilitantes que se possam imaginar. Além disso, seus excessos são muito mais frequentes do que suas contribuições ao rigor histórico. Quanto a isso, não tenho a menor paciência com a posição de que “nós” devíamos nos preocupar apenas ou principalmente com o que é “nosso”, da mesma forma como não posso compactuar com posições que exigem que os árabes leiam livros árabes, usem métodos árabes, e coisas do gênero. Como costumava dizer C. L. R. James, Beethoven pertence tanto aos caribenhos quanto aos alemães, na medida em que sua música agora faz parte da herança humana.

No entanto, a preocupação ideológica com a identidade está compreensivelmente entrelaçada com os interesses e programas de vários grupos — nem todos de minorias oprimidas — que desejam estabelecer prioridades que reflitam tais interesses. Como boa parte deste livro fala do que e como ler a história recente, aqui resumirei muito rapidamente minhas ideias. Antes que possamos concordar quanto aos elementos que compõem a identidade americana, temos de admitir que, enquanto sociedade de colonos imigrantes que se impôs sobre as ruínas de uma considerável presença autóctone, a identidade americana é variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade, a luta que se trava em seu interior envolve defensores de uma identidade unitária e os que veem o conjunto como uma totalidade complexa, mas não redutoramente unificada. Essa oposição supõe duas perspectivas diferentes, duas historiografias diversas, uma linear e dominante, a outra contrapontual e muitas vezes nômade.

Minha tese é que apenas a segunda perspectiva tem plena sensibilidade à realidade da experiência histórica. Em parte devido ao imperialismo, todas as

culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo. Isso, a meu ver, vale tanto para os Estados Unidos contemporâneos quanto para o mundo árabe moderno, onde se apregoam respectivamente tanto os perigos do “não americanismo” quanto as ameaças ao “arabismo”. O nacionalismo defensivo, reativo e até paranoico infelizmente se entrelaça com grande frequência na própria estrutura educacional, em que crianças e adolescentes aprendem a venerar e celebrar a exclusividade de *suas* tradições (em geral invejosamente, em detrimento das demais). É a essas formas acríticas e irracionais de educação e reflexão que se dirige este livro — como um corretor, uma alternativa paciente, uma possibilidade francamente exploratória. Ao escrevê-lo, eu me vali do espaço utópico ainda proporcionado pela universidade, que, a meu ver, deve permanecer como um local em que se investigam, se discutem e se refletem essas questões vitais. Tornar-se um local para a imposição ou solução de questões políticas e sociais seria eliminar a função da universidade e transformá-la num anexo de qualquer partido político que esteja no poder.

Não gostaria que me entendessem mal. Apesar de sua extraordinária diversidade cultural, os Estados Unidos são, e certamente continuarão a ser, uma nação coesa. O mesmo vale para outros países de língua inglesa (Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Canadá) e mesmo a França, que agora possui um grande número de imigrantes. Grande parte do divisionismo polêmico e do debate polarizado, que para Arthur Schlesinger, em *The disuniting of America* [A desunião dos Estados Unidos], atinge danosamente o estudo da história, realmente existe, mas não prenuncia uma dissolução da república.⁶ De modo geral, é melhor explorar a história do que reprimi-la ou negá-la; o fato de que os Estados Unidos encerrem tantas histórias, muitas delas agora clamando por atenção, não deve assustar, pois muitas delas estão aí desde sempre, e foi a partir delas que de fato se criou *uma* sociedade e *uma* política americanas (e até um estilo historiográfico). Em outras palavras, o resultado dos atuais debates sobre o multiculturalismo não se afigura propriamente uma “libanização”, e se esses debates apontam um caminho para transformações políticas e mudanças na forma como se enxergam as mulheres, as minorias e os imigrantes recentes, não há por que temê-los nem tentar evitá-los. O que precisa ser lembrado é que as narrativas de emancipação e esclarecimento em sua forma mais vigorosa também foram narrativas de *integração*, não de separação, histórias de povos que tinham sido excluídos do grupo principal, mas que agora estavam lutando por um lugar dentro dele. E se as velhas ideias habituais do grupo principal não tinham flexibilidade ou generosidade suficiente para admitir novos grupos, então elas precisavam mudar, o que é muito melhor do que repudiar os novos grupos.

A última questão a assinalar é que esta obra é o livro de um exilado. Por

razões objetivas sobre as quais não tive controle, cresci como árabe com educação ocidental. Desde minhas mais remotas lembranças, sentia que pertencia aos dois mundos, sem ser totalmente *de* um ou *de* outro. Durante toda a minha vida, porém, as partes do mundo árabe a que eu estava mais vinculado transformaram-se profundamente devido à guerra e a revoltas civis, ou simplesmente deixaram de existir. E por longos períodos de tempo fui um estrangeiro nos Estados Unidos, sobretudo quando estes entravam em guerra e se opunham profundamente às culturas e sociedades (longe de ser perfeitas) do mundo árabe. No entanto, quando digo “exilado”, não penso em tristezas ou privações. Pelo contrário, pertencer, por assim dizer, aos dois lados da divisa imperial permite que os entendamos com mais facilidade. Além disso, Nova York, onde escrevi inteiramente este livro, é sob muitos aspectos a cidade do exílio por excelência; ela também encerra dentro de si a estrutura maniqueísta da cidade colonial descrita por Fanon. Talvez tudo isso tenha estimulado os interesses e interpretações aqui propostos, mas essas circunstâncias certamente me permitiram sentir como se pertencesse a mais de uma história e a mais de um grupo. Agora, cabe ao leitor decidir se é possível considerar tal condição como uma alternativa de fato salutar à sensação normal de pertença a uma única cultura e de lealdade a uma única nação.

A tese deste livro foi apresentada primeiramente em várias séries de palestras proferidas em universidades do Reino Unido, Estados Unidos e Canadá entre 1985 e 1988. Sou profundamente grato por essas oportunidades aos docentes e alunos das universidades de Kent, Cornell Western Ontario, Toronto, Essex e, numa versão bem anterior, Chicago. Também apresentei versões posteriores de seções específicas deste livro, como palestras na Escola Internacional Yeats em Sligo, na Universidade Oxford (como George Antonius Lecture em St. Antony’s College), na Universidade de Minnesota, no King’s College da Universidade Cambridge, no Davis Center da Universidade Princeton, no Birkbeck College da Universidade de Londres, e na Universidade de Porto Rico. Meus calorosos e sinceros agradecimentos a Declan Kiberd, Seamus Deane, Derek Hopwood, Peter Nesselroth, Tony Tanner, Natalie Davies e Gayan Prakas, A. Walton Litz, Peter Hulme, Deirdre David, Ken Bates, Tessa Blackstone, Bernard Sharrett, Lyn Innis, Peter Mulford, Gervasio Luis Garcia e Maria de los Angeles Castro, pelo convite e a hospedagem. Em 1989, senti-me honrado com o convite para inaugurar a primeira Raymond Williams Memorial Lecture em Londres; nessa ocasião, falei sobre Camus, e graças a Graham Martin e à falecida Joy Williams, foi uma experiência memorável. Nem preciso dizer que muitas partes deste livro estão embebidas das ideias e do exemplo humano e moral de Raymond Williams, bom amigo e grande crítico.

Vali-me despudoradamente de várias associações intelectuais, políticas e

culturais durante a elaboração deste livro. Entre elas estão amigos pessoais íntimos, que também são editores de revistas onde algumas destas páginas foram publicadas anteriormente: Tom Mitchell (de *Critical Inquiry*), Richard Poirier (de *Raritan Review*), Ben Sonnenberg (de *Grand Street*), A. Sivanandan (de *Race and Class*), Joanne Wypejewski (de *The Nation*) e Karl Miller (de *The London Review of Books*). Agradeço também aos editores do *The Guardian* (Londres) e a Paul Keegan, da Penguin, sob cujos auspícios exprimi pela primeira vez algumas das ideias do livro. Contei também com a indulgência, a hospitalidade e as críticas de outros amigos: Donald Mitchell, Ibrahim Abu-Lughod, Masao Miyoshi, Jean Franco, Marianne McDonald, Anwar Abdel-Malek, Eqbal Ahmad, Jonathan Culler, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, Benita Parry e Barbara Harlow. Agrada-me especialmente reconhecer o brilho e a perspicácia de vários alunos meus na Universidade Columbia, aos quais qualquer professor se sentiria agradecido. Esses jovens estudiosos e críticos me concederam o benefício pleno de seus interessantes trabalhos, agora publicados e bastante conhecidos: Anne McClintock, Rob Nixon, Suvendi Perera, Gauri Viswanathan e Tim Brennan.

Ao preparar o manuscrito, contei com o auxílio muito competente, sob várias formas, de Yumna Siddiqi, Aamir Mufti, Susan Lhota, David Beams, Paola di Robilant, Deborah Poole, Ana Dopico, Pierre Gagnier e Kieran Kennedy. Zaineb Istrabadi realizou a difícil tarefa de decifrar minha caligrafia medonha e de fazer vários rascunhos com uma habilidade e uma paciência admiráveis. Em diferentes fases de preparação editorial, Frances Coady e Carmen Callil foram boas amigas e prestimosas leitoras do que eu tentava apresentar. Devo também registrar meus profundos agradecimentos e minha admiração quase estupefata por Elisabeth Sifton: amiga de muitos anos, magnífica editora, crítica severa e sempre simpática. George Andreou foi de ajuda infalível, resolvendo os problemas durante o processo de publicação. A Mariam, Wadie e Najla Said, que compartilharam com o autor deste livro circunstâncias muitas vezes difíceis, minha gratidão sincera pelo amor e apoio constante.